
***Dona Francisca
Energética S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Dona Francisca Energética S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Foram adotadas todas as normas e suas revisões, bem como interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2024.

O Estado do Rio Grande do Sul foi impactado fortemente pelos eventos climáticos extremos ocorridos entre os meses de abril e maio de 2024. A usina buscou a manutenção das operações, considerando a segurança dos colaboradores, das comunidades no entorno da barragem e das estruturas da Usina, de acordo com o Plano de Ação de Emergência (PAE) da usina. Pela natureza dos eventos, a usina também prestou apoio logístico aéreo às comunidades do entorno, dado as dificuldades de deslocamento na região que demandaram o emprego de helicópteros para os deslocamentos na região da barragem no auge das cheias. Foram transportadas em parceria com a Defesa Civil mais de 20 toneladas de alimentos, remédios e água, em cerca de 300 vôos para 90 locais diferentes na região de abrangência da Usina. Também foram assinados termos de colaboração com os municípios de Agudo e Nova Palma para reconstrução de estradas e acessos a zona rural onde a Usina está inserida, para melhoria nas condições de acesso das operações e das comunidades. A Administração também atuou para a revisão do PAE e das condições de cheias, atualizadas com os registros verificados, de modo a mapear e atualizar seu plano de acordo com as melhores práticas. Seguimos comprometidos e atuando ativamente na implantação e iniciativas estruturantes para a reconstrução da região.

Com relação aos resultados financeiros e operacionais a Companhia obteve no ano de 2024 um lucro de R\$ 23,2 milhões, Ebitda de R\$ 35,8 milhões e Margem de Ebitda de 53,59%. A Companhia contabilizou em seu resultado o montante de R\$ 5,5 milhões decorrente dos eventos extremos ocorridos com a calamidade das enchentes, com a exclusão deste episódio no ano de 2024 a Margem de Ebitda seria 61,80%.

Mantendo o nosso compromisso de retornar valor aos nossos acionistas, foram pagos ao longo do ano dividendos no montante de R\$ 8,2 milhões.

A receita operacional líquida de venda de energia se manteve estável devido a contratos de longo prazo firmado com os acionistas até o ano de 2025, detentores de toda a parcela de produção cabível a DFESA. No ano de 2024 foi de R\$ 66,3 milhões e no ano de 2023 foi de R\$ 66,1 milhões.

Adotamos uma cultura de valorização do meio ambiente e da segurança do trabalho, além de ações que promovam o desenvolvimento das pessoas e da sociedade. A Dona Francisca Energética é uma empresa dedicada à geração de energia limpa e renovável, com um profundo respeito ao meio ambiente e o compromisso de agregar valor aos seus acionistas e ao Brasil. Neste ano além das rotinas operacionais foram desdobradas ações e conquistas importantes, a principal delas a marca de 2 anos sem acidentes CPT. Além disto, o TERMO DE ANÁLISE Nº 58/2024- SFT/ANEEL oriundo da fiscalização pós enchentes na Usina, ausência de não-conformidades no caso concreto. Também obtivemos a renovação da LO conforme processo 2691-05.67 / 24.1, em 18/07/2024 com validade até a mesma data em 2029.

Outras ações associadas a segurança de barragem também foram realizadas, entre elas, a revisão do PSB onde está contido o PAE, instalação de sirenes na área da ZAS e apoio às comunidades próximas a barragem no período das enchentes, demonstrado o compromisso da companhia com as operações bem como a segurança das pessoas no entorno da Usina.

Perfil

A Usina Hidrelétrica (UHE) Dona Francisca está instalada no rio Jacuí, o maior do interior do Rio Grande do Sul, e constitui o último aproveitamento hidrelétrico de grande porte deste rio. O empreendimento fica localizado entre as cidades de Agudo e Nova Palma (na região central do Estado), e a aproximadamente 30 km da cidade de Dona Francisca, contando com uma potência instalada de 125 MW, equivalente à demanda de uma cidade de 350 mil habitantes.

O contrato inicial de concessão junto a ANEEL foi assinado em 28 de agosto de 1998, com início de suas operações em 2001. Com o advento da Resolução Homologatória ANEEL 2932 de 14 de setembro de 2021, que define a extensão da outorga das usinas participantes do MRE, entre elas a UHE Dona Francisca, a data final da concessão passou de 28/08/2033 para 21/09/2037.

A Dona Francisca Energética S/A tem como acionistas: Companhia Paranaense de Energia – COPEL, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC e Gerdau S.A.

Agradecimento

Por fim, a Companhia deseja registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, instituições financeiras, órgãos governamentais e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, em especial pelo empenho e dedicação dispensados nos eventos de maio, onde juntos empresa e colaboradores, minimizamos os impactos causados pelas chuvas na região de abrangência da Usina. Acreditamos que nossas atitudes e comportamentos têm o poder de influenciar positivamente e promover práticas éticas tanto em ambientes profissionais quanto pessoais.

Agudo, 31 de janeiro de 2025.

A Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Flávia Dias da Silva de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração
Andrea Durieux
Fernando Giacomini Machado

DIRETORIA
Marcos Prudente
Diretor Superintendente

Paulo Afonso Lopes Kafer
Diretor

Grasiele Guedine
Contadora CRC/RS 083488-O



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Dona Francisca Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Dona Francisca Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Dona Francisca Energética S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.



Dona Francisca Energética S.A.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1

DocuSigned by:
Emerson Lima de Macedo
Signed By: EMERSON LIMA DE MACEDO 4014702953
C=BR
Signed Date: 31 de janeiro de 2025 15:10:10 BRT
ICP-Brasil: C=BR
AC SERASA RFP v5
15226A11124DE...

Dona Francisca Energética S.A.**Balço patrimonial em 31 de dezembro***(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	28	17	Fornecedores de produtos e serviços		2.080	2.088
Aplicações financeiras	3	10.791	6.563	Obrigações trabalhistas		331	252
Contas a receber de clientes partes relacionadas	4	5.887	5.889	Imposto de renda e contribuição social a recolher		541	536
Adiantamento a Fornecedores	5	1.542	2.000	Impostos e contribuições a recolher		359	294
Outros ativos circulantes		691	934	Termo de acordo GSF	9	14.424	14.549
Total do ativo circulante		<u>18.939</u>	<u>15.403</u>	Dividendos obrigatórios a pagar	14	<u>232</u>	<u>2.232</u>
				Total do passivo circulante		<u>17.967</u>	<u>19.951</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Imobilizado	7	107.222	106.194	Provisão para contingências	10	264	238
Intangível	8	<u>45.765</u>	<u>49.330</u>	Programa de pesquisa e desenvolvimento	13	517	309
Total do ativo não circulante		152.987	155.524	Termo de acordo GSF	9	<u>2.377</u>	<u>16.642</u>
				Total do passivo não circulante		<u>3.158</u>	<u>17.189</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	67.200	67.200
				Reservas de lucros	14	<u>83.601</u>	<u>66.587</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>150.801</u>	<u>133.787</u>
Total do ativo		<u>171.926</u>	<u>170.927</u>	Total do patrimônio líquido e passivo		<u>171.926</u>	<u>170.927</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	15	<u>66.349</u>	<u>66.166</u>
Custo de operação	16	<u>(35.731)</u>	<u>(33.528)</u>
Lucro bruto		<u>30.618</u>	<u>32.638</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	16	(2.355)	(2.018)
Outras despesas, receitas operacionais, líquidas	16	<u>(1.186)</u>	<u>(1.364)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>27.077</u>	<u>29.256</u>
Receitas financeiras	18	1.215	1.220
Despesas financeiras	18	(2.496)	(4.676)
Resultado financeiro		<u>(1.281)</u>	<u>(3.456)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>25.796</u>	<u>25.800</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	6	<u>(2.549)</u>	<u>(2.557)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>23.247</u>	<u>23.243</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	11	<u>0,035</u>	<u>0,035</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	<u>23.247</u>	<u>23.243</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u>23.247</u>	<u>23.243</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2023	<u>67.200</u>	<u>13.440</u>	<u>41.136</u>	<u>-</u>	<u>121.776</u>
Dividendos adicionais distribuídos de anos anteriores	-	-	(11.000)	-	(11.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.243	23.243
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(232)	(232)
Reserva de retenção de lucros	-	-	23.011	(23.011)	-
Em 31 de dezembro de 2023	<u>67.200</u>	<u>13.440</u>	<u>53.147</u>	<u>-</u>	<u>133.787</u>
Dividendos adicionais distribuídos de anos anteriores	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.247	23.247
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(232)	(232)
Reserva de retenção de lucros	-	-	23.015	(23.015)	-
Em 31 de dezembro de 2024	<u>67.200</u>	<u>13.440</u>	<u>70.161</u>	<u>-</u>	<u>150.801</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	23.247	23.243
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	5.245	6.004
Amortização	3.567	3.566
Provisão (reversão) para contingências	26	24
Outras receitas I-Recs	(166)	-
Despesa de encargos GSF	2.399	4.604
Receita de juros de aplicações financeiras	(1.197)	(1.209)
Receita de juros recebidos CCEE	(18)	(11)
Valor residual dos ativos imobilizados baixados	1	1.456
Imposto de renda e contribuição social	2.549	2.557
	<u>35.653</u>	<u>40.234</u>
Variação de ativos e passivos		
Contas a receber	2	(2)
Outras movimentações em ativos	701	(2.002)
Fornecedores	(8)	109
Diminuição de Termo de Acordo GSF	(14.264)	(14.264)
Outras movimentações em passivos	272	(175)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	22.356	23.900
Pagamento imposto de renda e contribuição social	(2.281)	(2.795)
Pagamento de juros Termo GSF	(2.525)	(4.827)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.550	16.278
Adições de imobilizado	(6.276)	(1.291)
Aplicações financeiras	(43.389)	(38.190)
Resgate de aplicações financeiras	40.358	36.153
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.307)	(3.328)
Dividendos pagos	(8.232)	(12.945)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(8.232)	(12.945)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>11</u>	<u>5</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
no início do exercício	17	12
no final do exercício	28	17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Dona Francisca Energética S.A. (“DFESA” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e local principal de negócios em Agudo, Rio Grande do Sul, Brasil, e tem como base de sua formação o edital de licitação da CEEE/SUG/UHEDF/96-6357 de 1996, no qual a CEEE propõe participação para exploração do potencial Hidroelétrico de sua propriedade perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tendo como objetivo:

- (a) construir e operar a Usina Hidrelétrica Dona Francisca através da formação de um consórcio para exploração do Contrato de Concessão nº 188/98, emitido pela ANEEL;
- (b) explorar o potencial energético da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, inclusive para gerar e comercializar a correspondente energia elétrica;
- (c) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades; e
- (d) participar de outras sociedades como sócia ou acionista, desde que essas sociedades estejam de alguma forma ligadas à construção e/ou exploração da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, ou para fins fiscais, conforme estabelecido na legislação aplicável, ou ainda como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria Companhia.

O Contrato de Concessão nº 188/98 da ANEEL que regula a exploração compartilhada do potencial hidroelétrico da Usina Dona Francisca tem prazo de vigência de 37 anos, contados a partir da assinatura do contrato em 28 de agosto de 1998.

A participação de cada consorciado ao longo da concessão segue conforme tabela abaixo:

Companhia	Quota (%)
Para os 10 primeiros anos de operação comercial (2001 a 2011)	
CEEE-G	5
DFESA	95
Do 11º até o 20º ano de operação comercial (2011 a 2021)	
CEEE-G	10
DFESA	90
Do 21º ano de operação comercial até o fim da concessão (2037)	
CEEE-G	15
DFESA	85

A Concessão nº 188/98 da ANEEL prevê que a líder do consórcio perante o Poder Concedente é a CEEE-G, a qual tem, entre outras responsabilidades, registrar na CCEE a energia assegurada à DFESA, conforme quotas de participação, independentes do balanço energético mensal, que pertence a CEEE-G com o ônus e o bônus deste. As regulações das questões operacionais da Usina estão descritas no Contrato de Formação do Consórcio CEEE/9702955 celebrado entre DFESA e CEEE-G.

O custo de produção da Usina, tributos, encargos, ônus e/ou obrigações legais da Usina são rateados aos consorciados proporcionalmente à sua participação na concessão, entre outros destacamos serviços de O&M, Compensação Financeira, Seguros, Vigilância, Materiais e ou Equipamentos de reposição, etc.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Usina está localizada entre os Municípios de Agudo e Nova Palma, no Estado do Rio Grande do Sul, possuindo as seguintes características (informações não auditadas):

Localização:	Rio Jacuí
Capacidade instalada:	125 MW
Energia assegurada da usina (MW médio):	72,5 MW
Energia Assegurada da usina (MW ano)	635.100MWH
Unidades geradoras:	2
Início da construção:	Agosto de 1998
Entrada em operação:	Fevereiro de 2001
Última unidade a entrar em operação:	Abril de 2001
Energia assegurada da DFESA (MW médio):	65,84 MW
Energia assegurada da DFESA (MW ano):	577.634 MW

1.1 Eventos climáticos no segundo trimestre de 2024

Entre o final de abril e o início de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou um evento climático extremo de chuvas fortes e persistentes que causaram alagamentos e enchentes em diversas regiões do estado. Neste período a Companhia manteve a segurança das pessoas, comunidades no entorno da barragem e a manutenção de suas operações, e todos os contratos de venda de energia foram cumpridos sem trazer nenhum prejuízo aos seus clientes.

Em consequência desta catástrofe os impactos foram reconhecidos no resultado da Companhia, com serviços de transporte aéreo possibilitando o acesso a usina, serviços e materiais para manter as atividades da operação além de ser parte presente na locomoção da população das ZAS (Zona de auto salvamento).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Dona Francisca Energética S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2025.

Resumo das políticas contábeis materiais

a. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros da Companhia, os quais são mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

d. Aplicações financeiras

Aplicações financeiras são classificadas pelo valor justo por meio do resultado (VJR), uma vez que o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e. Contas a receber de clientes

Os saldos de contas a receber de clientes incluem os valores faturados referentes à energia fornecida exclusivamente para os sócios da Companhia, respeitando os percentuais de participação de cada empresa e os valores definidos em contrato.

f. Imobilizado e intangível

Ativo Imobilizado registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e são similares àquelas definidas pela agência regulatória. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, segundo interpretação da Administração. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas - tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovadas pela Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015 - refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Com a regulação homologatória da ANEEL 2932 de 14 de setembro de 2021, que define a extensão da outorga das usinas participantes do MRE. A Companhia tem registrado em seu ativo intangível a extensão da concessão da exploração do potencial de energia hidráulica do Rio Jacuí, e amortizado mensalmente de forma linear conforme sua vida útil, ou seja, o prazo final da concessão. (Nota Explicativa nº 7).

g. Redução ao valor recuperável de ativos

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Os intangíveis que a Companhia possui são de vida útil definida e a Administração não identificou indicadores de *impairment* durante o exercício.

h. Direitos e obrigações

Atualizados nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção das receitas (regime do Lucro Presumido). A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, para presunção de lucro para Imposto de Renda e Contribuição Social, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com esses percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade as demais receitas.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo.
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 240 ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.
- Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base no Lucro Presumido, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

j. Receita de contratos com clientes

De acordo com os requisitos do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece a receita somente quando a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida e quando ocorre a transferência da comercialização da energia gerada.

k. Provisão para passivos cíveis, tributários e regulatórios

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, tributários e regulatórios e está discutindo essas questões na esfera judicial. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

l. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. O resultado das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. As principais estimativas realizadas pela Administração referem-se à provisão para passivos cíveis, tributários e regulatórios (Nota Explicativa nº 10) e definição da vida útil do imobilizado (Nota Explicativa nº 7).

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

m. Ativos Financeiros

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

n. Novas normas contábeis

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia não espera impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas:

Alteração da norma IAS 21 – Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

- Emissão da norma IFRS 19 – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não possui controladas portanto não há impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta alteração nas normas.

- Melhorias anuais nas normas IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	28	17
Aplicação financeira	10.791	6.563
	<u>10.819</u>	<u>6.580</u>

As aplicações financeiras estão representadas por cotas do Fundo Paraopeba, o qual é classificado como “Renda Fixa”, composto por papéis a preços e taxas de mercado equivalentes a remuneração do Certificado de Depósitos Bancários (CDB), e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. A receita gerada por esses investimentos é registrada como receita financeira.

4 Contas a receber de clientes partes relacionadas

A Companhia realiza operações de venda de energia elétrica, com partes relacionadas, conforme demonstradas abaixo:

2024	Vendas	Outras receitas (despesas)	Contas a receber (pagar)
COPEL Geração e Transmissão S.A.	16.007	-	1.356
Statkraft Energias Renováveis S.A.	754	-	-
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	16.007	-	1.356
<u>Empresas do Grupo Gerdau:</u>			
Gerdau S.A.	37.363	166	3.175
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(367)	(44)
Gerdau Previdência Privada	-	(90)	-
Total de partes relacionadas	<u>70.131</u>	<u>(291)</u>	<u>5.843</u>
2023	Vendas	Outras receitas (despesas)	Contas a receber (pagar)
COPEL Geração e Transmissão S.A.	15.964	-	1.356
Statkraft Energias Renováveis S.A.	1.470	-	125
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	15.964	-	1.356
<u>Empresas do Grupo Gerdau:</u>			
Gerdau S.A.	35.920	-	3.052
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(339)	(30)
Gerdau Previdência Privada	-	(79)	-
Total de partes relacionadas	<u>69.318</u>	<u>(418)</u>	<u>5.859</u>

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Toda a venda de energia é assegurada para os sócios conforme sua participação societária. As condições de compra e venda de energia são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, previstas em contrato e não são comparáveis a outras operações realizadas com terceiros não relacionados.

A Companhia detém contratos de longo prazo com suas sócias, onde a venda de energia é repassada conforme sua proporcionalidade no negócio. Com data definida de pagamento ao mês subsequente do faturamento. Se a obrigação não for liquidada, uma cláusula de cobrança é acionada, ocorrendo assim a cobrança de juros. A Companhia não possui histórico de inadimplência de seus clientes.

Além das transações acima, a Companhia mantém a aplicação financeira mencionada na nota explicativa nº 3 com a empresa relacionada Paraopeba, uma controlada da Gerdau S.A.

Em 2024 e 2023 não houve destinação para remuneração da administração em Assembleia geral ordinária.

Em julho de 2024, a Statkraft Energias Renováveis S.A. vendeu sua participação de 2,12% na Dona Francisca Energética para a Gerdau S.A.

5 Adiantamento a fornecedores

Em 2024, o saldo de adiantamento a fornecedores está relacionado ao contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da unidade geradora UG2. Este contrato foi firmado em 2023, com um adiantamento contratual de R\$ 2 milhões. Inicialmente, a obra estava prevista para ser realizada em 2024, mas devido a eventos climáticos extremos, mencionados na nota explicativa 1.1, foi reprogramada para 2025, com conclusão esperada em 2026. As baixas registradas nesta conta correspondem aos materiais recebidos neste ano, que estão aguardando a execução dos serviços, refletindo-se na conta de imobilizado em andamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	<u>1.542</u>	<u>2.000</u>
	<u>1.542</u>	<u>2.000</u>

6 Imposto de renda e contribuição social

Apresentação dos ajustes do imposto de renda e da contribuição social no resultado

Com base nos montantes de receita bruta para todos os exercícios apresentados, a Companhia optou pela tributação pelo regime do Lucro Presumido, como demonstrado a seguir:

Imposto de renda	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	70.131	69.318
Alíquota de presunção de lucro (IR)	8%	8%
Base de cálculo	5.610	5.545
Alíquota de imposto de renda	<u>15%</u>	<u>15%</u>
Imposto de renda sobre vendas	<u>842</u>	<u>832</u>

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Base de cálculo do adicional	5.370	5.305
Alíquota de imposto de renda	10%	10%
Imposto de renda sobre vendas	537	531
Acréscimos à base de cálculo	1.216	1.312
* Rendimento de aplicação financeira	1.197	1.209
* Outras receitas operacionais	-	92
* Juros recebidos MAE/CCEE	19	11
Alíquota combinada de imposto de renda	25%	25%
Imposto de renda sobre receita financeira	304	327
Imposto de renda devido	1.683	1.690
Contribuição social	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	70.131	69.318
Alíquota de presunção de lucro (CS)	12%	12%
Base de cálculo de CS - Receita bruta de vendas	8.416	8.318
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre venda	757	749
Acréscimos à base de cálculo	1.216	1.312
* Rendimento de aplicação financeira	1.197	1.209
* Outras receitas operacionais	-	92
* Juros recebidos MAE/CCEE	19	11
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre receita financeira	109	118
Contribuição social devida	867	867
(=) Imposto de renda e Contribuição social devidos	2.549	2.557

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imobilizado

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2023	17.306	82.822	116	2.367	9.759	112.370
Adições		952		339		1.291
Transferências		12.082		(2.323)	(9.759)	-
Baixas		(1.457)		(6)		(1.463)
Depreciações		(5.910)	(55)	(39)		(6.004)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.306	88.489	61	338	-	106.194
Custo total	17.306	194.213	265	396	-	212.180
Depreciação acumulada		(105.724)	(204)	(58)	-	(105.986)
Em 1º de janeiro de 2024	17.306	88.489	61	338	-	106.194
Adições		1.941		49	4.286	6.276
Transferências						-
Baixas				(3)		(3)
Depreciações		(5.148)	(48)	(49)		(5.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.306	85.282	13	335	4.286	107.222
Custo total	17.306	196.155	266	441	4.286	218.454
Depreciação acumulada		(110.873)	(253)	(106)	-	(111.232)
Valor Residual	17.306	85.282	13	335	4.286	107.222
Taxas anuais de depreciação (%)	-	2 a 5,8	16,67	6,25 a 14,29		

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme Orientação OCPC 05 - Contrato de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide de Lei nº 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo de concessão no processo de reversão dos bens ao Poder Concedente, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo de concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo de concessão. O mesmo tratamento contábil deve ser analisado para os contratos de concessão (uso do bem público) assinados entre 1995 a 2004, sob a égide do Decreto nº 2003, art. 20.

A Administração da Companhia analisou os efeitos dessa Orientação e constatou com sua assessoria jurídica que a Companhia tem direito à indenização no final do prazo de concessão. Desta forma, decidiram por continuar adotando as taxas de depreciação de acordo com a vida útil econômica de cada bem.

Com relação ao imobilizado em andamento a maior parte do saldo refere-se ao recebimento dos materiais do contrato assinado no final do ano de 2023 para a reforma da unidade geradora (UG2) que tinha sua previsão de início da obra ainda em 2024 e reprogramada para o ano de 2025 e 2026, devido aos eventos extremos das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, mencionado na nota explicativa 1.1, também contempla o saldo os projetos de estabilização dos Taludes, controle de erosão e adequação da ponte de acesso, que são projetos que se estenderão ao longo dos próximos anos estabelecidos em cronograma. Em 2023 foi energizada a grande reforma da unidade geradora (UG1) que foi reclassificada para ativo imobilizado contando a partir desse momento sua vida útil.

8 Intangível

Com a edição da Lei nº 14.052/2020 e da Resolução ANEEL nº 895/2020, foi reconhecido que parte das perdas sofridas pelo consórcio da UHE Dona Francisca, na qualidade de participante do MRE, foram provocadas por fatores não hidrológicos, permitindo a sua reparação. Quantificadas as perdas sofridas e homologadas pela ANEEL, foi proposto um acordo de reparação mediante a prorrogação de extensão de prazo de concessão de 2033 a 2037, mediante renúncia às ações, administrativas e/ou judiciais, promovidas para discutir o impacto financeiro provocado pelo *Generation Scaling Factor* GSF. Dada a importância desse ajuste, em especial pelo impacto financeiro positivo da prorrogação do contrato de concessão, CEEE-G e DFESA entabularam o Termo de Acordo, de modo a regular a adesão ao novo RNE proposto pela legislação acima mencionada. O ativo intangível foi registrado em outubro de 2021, tendo sofrido amortização desde então, conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Intangível de concessão	57.056	57.056
Amortização acumulada	<u>(11.292)</u>	<u>(7.726)</u>
Saldo	<u>45.764</u>	<u>49.330</u>
Taxas anuais de amortização (%)	6,25	6,25

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Termo de acordo GSF

Com a aquisição da concessão, conforme Nota Explicativa nº 8, foi definido que a DFESA pagará à CEEE-G a quantia acordada no Termo de Acordo, em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, calculadas pelo Sistema de Amortização Constante com data prevista para encerramento em 2026; e que durante o período de extensão do contrato de concessão, serão mantidos os percentuais de participação das partes no consórcio (85% DFESA e 15% CEEE-G), bem como rateados os ônus e bônus advindos da garantia física da usina, o risco hidrológico e o risco de engenharia, conforme os termos e extensão do Termo de Acordo, em idêntica proporção (85% DFESA e 15% CEEE-G).

O Termo teve sua assinatura chancelada em outubro de 2021. Os valores do Termo de acordo estão registrados no passivo circulante e não circulante, com previsão de término em 2026, conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Termo GSF	31.191	45.678
(+) Juros provisionados	2.399	4.604
(-) Pagamento principal	(14.264)	(14.264)
(-) Pagamento juros	(2.525)	(4.827)
Total passivo circulante e não circulante	<u>16.801</u>	<u>31.191</u>

10 Provisão para passivos cíveis, tributários e regulatórios

a. Causas prováveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a processos cíveis de risco de perda avaliado como provável:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	238	214
(+) Atualização monetária	26	24
Saldo no final do exercício	<u>264</u>	<u>238</u>

A Companhia não possuía, em 31/12/2024 e em 31/12/2023, contingências regulatórias e tributárias classificadas como risco de perda provável.

b. Causas possíveis

A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 32,4 milhões, dentro desse valor constam: a) R\$ 12 milhões os quais tratam-se de uma indenização por desapropriação movida em desfavor de Dona Francisca Energética e a Companhia Estadual de Energia Elétrica; b) R\$ 17,9 milhões referente a Embargos à Execução Fiscal nº 5010511-85.2022.4.04.7102 (precedido da medida cautelar de caução nº 5004029-58.2021.4.04.7102/RS e da Execução Fiscal nº 5011464-83.2021.4.04.7102) relativos ao crédito tributário remanescente constituído no processo administrativo nº 11060.722686/2014-17 (CDA's 00 2 21 021887-43 e 00 6 21 044150-96). IRPJ e CSLL relativos à glosa das despesas contabilizadas em 30/11/2009 em face de recálculo das multas e dos juros de mora determinado pelos arts. 3º da Lei nº 11.941/09 e 5º da Portaria Conjunta PGFN/RFG nº 6/09, para os efeitos de migração do PAES para o REFIS 2009 ao argumento de que os períodos anteriores a 2005 foram fulminados pela decadência. Para tais demandas, não foram efetuadas provisões contábeis, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destaca-se que a Companhia não possuía, em 31/12/2024 e em 31/12/2023, contingências, regulatórias classificadas com prognóstico de perda possível.

11 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, a tabela a seguir demonstra o cálculo do resultado por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
	<u>(Em milhares, exceto ações)</u>	<u>(Em milhares, exceto ações)</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível para acionistas	23.247	23.243
Denominador		
Ações em circulação (média ponderada do ano)	<u>666.000.000</u>	<u>666.000.000</u>
Resultado por ação (em R\$) - básico e diluído	<u>0,035</u>	<u>0,035</u>

12 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes partes relacionadas, Adiantamento de fornecedores, Outros ativos circulantes, Fornecedores de produtos e serviços além do pagamento do Termo de acordo GSF.

b. Valor de mercado – O valor de mercado dos instrumentos financeiros citados anteriormente está demonstrado a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Aplicação Financeira	10.791	10.791	6.563	6.563
Contas a receber de clientes parte relacionadas	5.887	5.887	5.889	5.889
Adiantamento a fornecedores	1.542	1.542	2.000	2.000
Passivos				
Fornecedores de produtos e serviços	2.080	2.080	2.088	2.088
Termo de Acordo GSF - Circulante	14.549	14.549	14.549	14.549
Termo de Acordo GSF - Não circulante	2.377	2.377	16.642	16.642

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

- **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando a adequá-los ao mercado.
- **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Administração prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. A Companhia não possui nenhuma linha de financiamento atualmente.
- **Riscos Climáticos:** os riscos climáticos identificados pela Companhia, relacionados à variação das chuvas, como períodos prolongados de secas ou de chuvas intensas e concentradas e o aumento das temperaturas, não afetam a receita anual estimada. Isso ocorre porque, de acordo com o contrato de concessão firmado, o sistema possui uma garantia física fixa associada ao projeto inicial, independentemente das condições climáticas ou da quantidade de energia realmente produzida. Diante dos eventos climáticos extremos ocorridos em 2024, e apesar dos impactos mínimos sofridos pela Usina, a companhia está buscando soluções para aumentar a resiliência do ambiente às mudanças climáticas, de acordo com o seu plano de investimentos.

13 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo, o percentual de 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL), com Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pela Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007. Os recursos de P&D são aplicados da seguinte forma: 40% em projetos de pesquisa e desenvolvimento; 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDCT) e 20% para o Ministério de Minas e Energia. Os valores são provisionados pelo regime de competência, bem como a atualização financeira desses gastos pela Selic.

No ano de 2021 com a Medida Provisória nº 998/2020, convertida em Lei nº 14.120/2021, altera a Lei nº 9.991/2000 e prevê a destinação dos recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, visando à modicidade tarifária até 2025 como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia de Covid-19.

O Despacho Aneel nº 904/2021 determinou os recolhimentos para a CDE a partir de abril de 2021, sendo que os recolhimentos são efetuados por meio de emissão de boletos mensais pela CCEE, no âmbito da execução orçamentária anual da CDE. A cada parcela será incluída, pela CCEE, a atualização pela taxa SELIC desde a data base informada pela ANEEL até o mês anterior ao vencimento.

Sendo assim o Despacho 904/2021 da ANEEL determinou que a DFESA destinasse o valor constante em seu passivo para a CDE, além das obrigações de P&D mensais.

	31/12/2024	31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento	517	309
	<u>517</u>	<u>309</u>

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Patrimônio líquido

Capital autorizado e subscrito

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 67.200 representado por 666.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, cuja composição é demonstrada a seguir:

	Quantidade	%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	153.381.798	23,03
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC	153.381.798	23,03
Gerdau S.A.	359.236.404	53,94
	666.000.000	100%

Até junho de 2024 a Companhia também tinha como sua acionista a empresa Statkraft Energias Renováveis. Sua participação na sociedade era de 2,12% tendo sido comprada em julho de 2024 pela Gerdau S.A.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, mas não poderá ser usada para fins de pagamento de dividendos. A Companhia já atingiu os 20% do capital social realizado, totalizando o valor de R\$ 13.440 nos anos de 2024 e 2023, motivo pelo qual nenhuma parcela adicional de reserva legal vem sendo constituída.

Reserva de retenção de lucros

O saldo de reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 70.161 (R\$ 53.146 em 2023), cuja finalidade é assegurar o orçamento de capital da Companhia, conforme estabelecido no art. 196 da Lei 6.404/1976. Embora a Companhia tenha distribuído dividendos durante o ano de 2024, com a apuração do resultado do ano as reservas de lucro ultrapassaram o Capital Social.

O excesso das reservas de lucros em relação ao capital social será objeto de proposta da Administração da Companhia para capitalização, no valor de R\$ 8.300, a ser submetida para deliberação através de RCA (Reunião do Conselho de Administração).

Dividendos a pagar

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido. No ano de 2024 foi provisionado o valor de R\$ 232 (R\$ 232 em 2023).

Em 2024, a Companhia realizou a distribuição de dividendos adicionais aos seus acionistas, conforme aprovado em uma Reunião de Diretoria Executiva. O montante total dessa distribuição foi de R\$ 6.000, provenientes da reserva de retenção de lucros, em conformidade com o Artigo 27, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.

Além dos dividendos adicionais, a Companhia também efetuou o pagamento de R\$ 2.000, que haviam sido deliberados em 2023 e pagos em 2024. Este valor estava previsto no exercício anterior e foi desembolsado no exercício corrente.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, em 11 de abril de 2024, durante a Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de R\$ 232 como dividendos mínimos obrigatórios, conforme os termos estabelecidos no estatuto social e na legislação aplicável.

15 Receita líquida

A receita operacional líquida para o exercício possui a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta - Fornecimento de energia elétrica	70.131	69.318
Impostos e contribuições sobre a receita	(3.162)	(2.532)
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	<u>(620)</u>	<u>(620)</u>
Receita líquida	<u><u>66.349</u></u>	<u><u>66.166</u></u>

16 Despesas por natureza

Segue detalhamento das despesas por natureza, apresentadas nas demonstrações de resultados:

Custo de operação	31/12/2024	31/12/2023
Manutenção operacional da Usina	5.672	5.807
Compensação financeira	3.949	3.744
Depreciações	5.245	6.004
Amortização	3.567	3.567
Uso da rede de transmissão	10.139	10.466
Manutenção da usina	5.915	1.242
Indisponibilidade perda de energia	422	1.762
Outros custos	<u>822</u>	<u>936</u>
	<u><u>35.731</u></u>	<u><u>33.528</u></u>

No ano de 2024, o custo de operação foi de R\$ 35.731, representando um aumento em relação a 2023, quando o custo foi de R\$ 33.528. Este aumento é atribuído principalmente aos desembolsos relacionados a serviços e materiais para a manutenção da usina. Do total de R\$ 5.915 gastos em 2024, R\$ 4.344 foram desembolsos decorrentes do período de calamidade devido às enchentes no Estado do Rio Grande do Sul. Destes, R\$ 3.015 foram gastos especificamente com transporte aéreo, uma vez que todos os acessos à unidade estavam interrompidos, tornando o transporte aéreo a única opção viável para levar e buscar os operadores, garantindo que a operação da usina hidrelétrica não fosse afetada.

Além disso, em 2024, foram pagos R\$ 422 à CEEE por indisponibilidade de perda de energia, também em decorrência das enchentes. Em contraste, em 2023, houve um pagamento de R\$ 1.762 à CEEE, consorciada da DFESA, devido à indisponibilidade de energia ocasionada pela parada da Unidade Geradora UG1.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas Administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	1.454	1.262
Outras despesas	901	756
	<u>2.355</u>	<u>2.018</u>
Outras receitas/despesas operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Baixa de ativo	-	1.456
Outras receitas	-	(92)
Despesas com calamidade	1.186	-
	<u>1.186</u>	<u>1.364</u>

Em 2024 devido a calamidade no Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia teve custos e despesas que foram primordiais para a continuidade da operação. A maior parte desses gastos foi registrada como custo, pois estavam diretamente associados à operação do negócio, enquanto o restante foi contabilizado em outras receitas/despesas operacionais, incluindo serviços estruturais ao redor da Usina, consumíveis e laudos.

Em 2023, ocorreu a baixa parcial da unidade geradora UG1 devido à imobilização da nova unidade, resultado das reformas e obras realizadas.

17 Seguros (Não Auditado)

A Companhia mantém contrato de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre os seus ativos e/ou responsabilidades.

As principais coberturas de seguros contratadas são:

Modalidade	Abrangência	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio	Os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, inundação, quebra de máquina e outros.	953.421	953.421
Responsabilidade civil	Responsabilidade Civil da Operação, danos causados a terceiros por causas operativas e ou naturais resultante da operação da Usina	60.000	60.000
Seguro Garantia	Garantia aos débitos inscritos em dívidas ativas referentes aos créditos de IRPJ e CSLL, constituídos no Processo Administrativo nº 11060.722686/2014-17, viabilizando a oposição de Embargos à Execução Fiscal nº 5010511-85.2022.4.04.7102	17.784	17.695

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**18 Resultado financeiro**

	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas financeiras	(31)	(25)
Despesa financeira Termo GSF	(2.399)	(4.604)
Atualização Selic P&D	(40)	(23)
Atualização monetária contingência	(26)	(24)
Total de despesas financeiras	<u>(2.496)</u>	<u>(4.676)</u>
Rendimento de aplicação financeira	1.197	1.209
Outras receitas financeiras	18	11
Total de receitas financeiras	<u>1.215</u>	<u>1.220</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(1.281)</u></u>	<u><u>(3.456)</u></u>

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 6EF44489-02FA-4267-952A-1F7BEF0B71F1

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Capa DFESA 2024.pdf, Relatório de Administração DFESA 2024.pdf, Relató...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 29

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Jaqueline Franke

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

jaqueline.franke@pwc.com

Endereço IP: 201.56.164.188

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Jaqueline Franke

Local: DocuSign

31 de janeiro de 2025 | 14:04

jaqueline.franke@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

31 de janeiro de 2025 | 15:10

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Emerson Lima de Macedo

ID: 497.470.295-53

Cargo do Signatário: Partner

emerson.macedo@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

CPF do signatário: 49747029553

Cargo do Signatário: Partner

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:
Emerson Lima de Macedo
F15236A410124DE...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.159.64

Registro de hora e data

Enviado: 31 de janeiro de 2025 | 14:07

Visualizado: 31 de janeiro de 2025 | 14:13

Assinado: 31 de janeiro de 2025 | 15:10

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Jaqueline Franke

Copiado

Enviado: 31 de janeiro de 2025 | 15:10

jaqueline.franke@pwc.com

Visualizado: 31 de janeiro de 2025 | 15:10

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado: 31 de janeiro de 2025 | 15:10

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	31 de janeiro de 2025 14:07
------------------	------------------------	-------------------------------

Entrega certificada	Segurança verificada	31 de janeiro de 2025 14:13
---------------------	----------------------	-------------------------------

Assinatura concluída	Segurança verificada	31 de janeiro de 2025 15:10
----------------------	----------------------	-------------------------------

Concluído	Segurança verificada	31 de janeiro de 2025 15:10
-----------	----------------------	-------------------------------

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------